

JOSÉ LOPES DIAS JÚNIOR

Em redor do Serviço Social

(Duas conferências)

VILA-NOVA-DE-FAMALICÃO

Tipografia « Minerva », de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Avenida Barão de Trovisqueira

1932

RC
MNCT
36
DIA

Handwritten text at the top left corner, possibly a page number or date, appearing as "1000 1000 1000".



Homage to Cavaleiro

JOSÉ LOPES DIAS JÚNIOR

Em redor do Serviço Social

(Duas conferências)



CENTRO CULTURAL 1929
FUNDAÇÃO DE CARVALHO

RC
MNCT
36
DIA

VILA-NOVA-DE-FAMALICÃO

Tipografia «Minerva», de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão

Avenida Barão de Trovisqueira

1932

A MEU IRMÃO E PADRINHO DR. JAIME LOPES DIAS:
COM QUEM TENHO APRENDIDO
A MELHOR AMAR A NOSSA TERRA E A NOSSA GENTE;
A' SUA IMPERTURBÁVEL TENACIDADE
EM SERVIR A BEIRA;
AO SEU DESINTERESSADO ESFORÇO PELA CAUSA DE TODOS
E AO SEU CARÁCTER SEM MÁCULA

Em redor do Serviço Social

Conferência popular, proferida no
Teatro da Covilhã, a Convite da
Associação Mutualista Covilha-
nense, no dia 24 de Abril de
1932.

Senhor Governador Civil
Minhas Senhoras
Meus Senhores :

Sejam as minhas primeiras palavras de efusiva saudação à cidade da Covilhã, êste velho burgo que mergulha suas profundas raízes na proto-história, merecendo desde remotos tempos considerações tão raras quão merecidas.

Saúdo esta cidade tão curiosa de lendas e tradições, tão garrida em seu miradoiro serrenho dos Herminios, tão notável — como já o nosso infausto D. Sebastião a designava — como fonte importantíssima do comércio nacional! Mirando-se nos amavios virgilianos da planície, de hortas, vinhedos e pomares, — sugando a linfa criadora da montanha, — a actividade industriosa dos seus homens se encarregaria de lhe aproveitar os dotes expontâneos e excepcionais!

¿ Como não saudar esta progressiva cidade, onde

uma casa é uma fábrica e cada homem, o cérebro ou o braço de uma actividade em movimento?

¿Esta pátria de Pero da Covilhã, a quem extraordinários méritos de saber e de aventuras, conferiram um lugar de tanta proeminência na Epopeia da India? . . .

Sigâmo-lo, às ordens do Príncipe Perfeito, na sua rota longínqua de Barcelona a Nápoles, a Rhodes e Alexandria; do Cairo a Aden, onde se despede de Afonso de Paiva—um albicastrense que toma o rumo da Etiópia, enquanto Pero da Covilhã seguiria a Cananor, a Calecut, a Goa e a Ormuz. Por uma carta a El-rei, êle dá notícia de como se poderia lá chegar navegando pelo mar da Guiné, a Sofala e à ilha da Lua (Madagascar). Assim pôde Vasco da Gama demandar a India com dados importantíssimos sôbre a costa oriental da Africa e os portos indianos, não apenas sob a influência do êxito da viagem de Bartolomeu Dias, mas com a segurança de uma empresa convenientemente estudada e amadurecida.

¿Que diríamos de Heitor Pinto, outra grande glória covilhanense, no domínio da moral e das belas-letas? . . .

A minha saudação generaliza-se a esta nossa querida província da Beira-Baixa, tão humilde nos seus vales de oliveiras nostálgicas, nas suas pequeninas aldeias de pastores e de lavradores, tão altiva e indômita nos píncaros das suas montanhas ciclópicas e no carácter de rija têmpera dos seus homens mais representativos!

A Beira que é das mais curiosas das províncias portuguesas, reunindo, no dizer de Silva Teles, uma agitação complexa de paisagem, é também a região portuguesa de melhor gente, porque o beirão, segundo a exacta observação de Aquilino Ribeiro—*é empreendedor, vivo, laborioso, tão resistente como o transmon-*

tano, mas dotado porventura de uma maior maleabilidade intelectual.

Disse Oliveira Martins e desculpem-me repetir a conhecida afirmação:

Se há um tipo pròpriamente português, se através dos acasos da História permaneceu puro algum exemplar de uma Raça ante-histórica em que possamos filiar-nos, é ali (na serra da Estrêla) que o devemos procurar.

Muita vez tenho considerado, em presença das tábuas de Nuno Gonçalves, a extrema semelhança de algumas das suas figuras com fisionomias tão conhecidas da minha infância, numa aldeia beiroa. . .

Desde Viriato, o lusitano, aos homens do século de Quinhentos e aos dias de hoje, — na Beira, colocada geográficamente no coração de Portugal pulsam realmente, ao mesmo ritmo cadenciado e proveitoso, as utilíssimas energias que enobreceram de glória um país nos tempos de antanho, que o redimirão pelas virtudes e pelo trabalho nas épocas futuras.

Saúdo a Beira-Baixa, onde se entrecasam amstras de todas as províncias portuguesas, saúdo a Covilhã onde mais se agita a frenética actividade dos homens modernos, saúdo a Associação Mutualista Covilhanense que me deu a imerecida honra de inaugurar uma série de conferências populares, na primeira das quais muito vou usar e abusar da vossa paciência.

Na imensa complexidade da vida moderna, é muito difícil classificar o Serviço Social, nos seus diversíssimos aspectos. A meu ver, Serviço Social é todo o esforço tendente a elevar a dignidade humana, quer promovendo a expansão de suas regalias materiais e espirituais, quer opondo-se a todas as causas que atingiram ou venham a atingir o bem-estar dos indivíduos.

E' um conceito muito vasto, mas com a vantagem de corresponder à realidade dos fenómenos.

Os anglo-saxões chamaram Serviço Social ao que nós chamamos Assistência, se englobarmos nesta designação a chamada Política Social.

Como o seu fim último é proporcionar remédio para todos os males sociais e individuais, que ora são interdependentes ora isolados, servir-nos-emos da nomenclatura médica para classificar os seus meios de actuar, que são diversos.

E' assim que, seguindo na esteira de René Sand, designaremos a caridade e a filantropia individuais como «paliativos», tal a esmola de alguns tostões, de uma refeição ou de algumas roupas. Atenuam de certo modo as necessidades do momento, as manifestações do mal-estar, mas além de não remediarem definitivamente o mal, são remédios incertos e arbitrários.

Na categoria dos remédios etiológicos, atacando a causa dos males na sua fonte, ficará colocada a assistência «curativa»: — tal o operário a quem se proporciona trabalho, tal o mutilado ao qual se adapta o aparelho ortopédico que, remediando o seu defeito, o torna útil a si e à sociedade.

Quando a assistência se ocupa de fortalecer o organismo social, melhorando as condições da vida de todos e de cada um, dir-se-á «assistência construtiva». Aperfeiçoar a «cidade», nos seus centros de actividade científica e mercantil, de onde cada homem retire a maior soma de proveito, individual e familiar, social e colectivo, é na realidade uma aspiração ideal em que todos devemos colaborar, não apenas com aquele interesse que se inspira no lucro material, mas com o alcance maior da elevação moral das pessoas e das gerações. Desde o estadista ao educador, desde as grandes doutrinas científicas ou políticas à simples

influência e ao trivial exemplo que cada um de nós exerce no meio ambiente, ¿que função mais vasta que a da assistência construtiva?...

Ela ultrapassa as fronteiras de cada país. O espectáculo deprimente que nos está dando a Europa, quási nos faz dizer que de assistência construtiva precisa todo o velho-mundo em ruínas...

Os seus vastos horizontes estendem-se a todos os continentes. Lembremo-nos que a algumas centenas de léguas, ao sul, tribus negras jazem sepultadas no atraso milenário de uma vida de relação, que ainda não deixou de ser comandada pelos instintos.

A maior impressão de miséria da minha vida, recebi-a uma noite, em Paris, em um concerto de cinco artistas negros, quatro cantores e uma cantora, em viagem pela Europa, a fim de angariar donativos em benefício da Universidade negra de Fisk, no estado americano de Tennessee. Estes cantores viviam uma vida de ascetas, para assim conseguirem um máximo de economias em favor de 1:500 estudantes negros. Não era talvez possível traduzir maior intensidade emotiva que a dos seus cantos, velhos hinos nativos, nostálgicos, exprimindo a esperança sempre abafada dos pobres negros. O mais impressionante foi decerto uma prece reclamando doce, tímidamente, sapatos para todos os filhos de Deus, qualquer que fôsse a sua côr... Ouvindo-os, dir-se-ia que me tocava o fundo da miséria humana...

O espetáculo que podemos visionar nas selvas dos antropófagos e dos canibais, cerca-nos aliás por toda a parte, nas grandes cidades e nas pequenas aldeias. Desde a miséria material dos «páteos», das «ilhas», das pocilgas e pardieiros à extrema penúria mental de tantas existências sem um lampejo de espiritualidade, — ¿que tarefa imensa, infinita, compete ao Serviço

Social?... ¿Quem pode contestar as vantagens da valorização social com tantos elementos perfeitamente inúteis ou negativos, parasitando os dejectos da Humanidade, de que aliás fazem parte apenas para lhe acentuar os contrastes?

¿Será na realidade possível uma tão alta perfeição? — dirão alguns. Conjecturemos que não será possível atingir a plena perfeição da sociedade, que é de natureza ideal como todas as perfeições o são, sem deixarmos de admitir que muito se pode caminhar para esse destino, orientando os nossos esforços e boas-vontades.

O homem realiza sempre aquilo de que tem necessidade; questão é que se decida fazê-lo.

Reconhecer a vantagem de trilhar um certo caminho é já, de facto, caminhar para o fim a que elle conduz.

Os operários da Covilhã, organizando a sua Associação Mutualista enveredaram no bom sentido, escolhendo a modalidade de assistência que lhes era mais necessária — a que podemos chamar «preventiva», visto se propor evitar e prevenir possíveis e frequentes males aos seus associados e, indirectamente, a toda a população.

Uma forte tradição apregoa em Portugal as vantagens do mutualismo. A época medieval, segundo nos diz Gama Barros, dava-nos já em pleno século XIII, um modelo de socorros mútuos com a confraria de Beja, constituída pelos chamados «homens bons», em honra de cavaleiros, cujos fins eram entre outros, os seguintes:

Recolher as pessoas pobres em uma casa apropriada, quer dizer, remediar o problema da mendicidade, tal como hoje se apresenta; fornecer ao associado, a importância de 50 libras para compra de cavalo, morto em serviço do Rei ou do concelho,

medida utilíssima naqueles tempos heróicos em que frequentes vezes as mesnadas eram obrigadas a intervir para rechazar o inimigo; velar pela vida do confrade doente, mantendo-o sem descer da sua condição, se a velhice o invalidasse ou caísse em grande pobreza, portanto, realizando assistência médica, assistência contra a invalidez na velhice, contra a invalidez na falta de recursos — verdadeira assistência curativa; resgatar os cativos; fazer as amizades; etc., etc.

As corporações de artes e officios, intervindo na administração municipal, talvez a partir do século XIV, constituíram durante muito tempo a defesa das classes trabalhadoras contra as prepotências da hierarquia feudal do clero e da nobreza, e, por vezes, do poder real.

¿ O que foram os Seguros marítimos e Bólsas de Comércio existentes já no tempo do rei D. Denis senão curiosos exemplos do mutualismo português? A Companhia das Naus, mandada organizar pelo último rei da primeira dinastia, segundo a crónica de Fernão Lopes, é outro facto histórico que importa rememorar. Mandava el-rei registrar todos os navios, a partir de 50 tonéis para cima desde o seu valor e preço ao lucro dos seus fretes e negócios, dos quais se pagavam dois por cento para as Bólsas de Lisboa e do Porto. Perdido ou naufragado algum destes barcos, os donos e armadores eram reembolsados do prejuízo pelas verbas existentes em cofre, acrescidas quando necessário de uma percentagem repartida pelos outros armadores e senhores de barcos. A regulamentação desta Companhia das Naus é curiosíssima, e nela me demoraria, se não tivesse de seguir noutras considerações.

¿ O que foram as Misericórdias senão fórmulas associativas de considerável importância, tão grande, que ainda hoje, empobrecidas pelas leis de desamortização

e desactualizadas com os progressos científicos, constituem a melhor parte da assistência aos doentes e desamparados? O pagamento de cotas individuais, de legados e donativos, destinar-se-ia a cumprir as obras de misericórdia do cristianismo.

Derrubado o absolutismo, extinta a luta de classes, dissolvidas as corporações com o diploma de 7 de Maio de 1834 e estabelecidos os factores livres do trabalho e da produção, os agrupamentos associativos tomariam maior incremento e expansão.

Recordemos de passagem outros factos históricos.

A divulgação e a expansão das descobertas industriais, verificada pelos fins do século XVIII destronaram, nos países do norte, a servidão da gleba. O trabalho não era livre, embora fôsse matéria de paga de quem o produzia, nos impostos e tributos diversíssimos, na aquisição de géneros e mercadorias, na escassa permuta das necessidades, dentro de cada região ou de cada país.

A Europa, enriquecida pelos valores trazidos pelos portugueses e holandeses, da Índia, no século XVI e, pelos ingleses, da América, nos séculos XVII e XVIII, ia tomar um rumo inteiramente diverso, uma orientação completamente nova.

A' fixidez e à imutabilidade sociais do período medieval, defendidas pela Igreja e mantidas pela organização dos senhores feudais, em que eram uns e a outra interessados, ia suceder uma autêntica revolução na vida dos povos e nas suas relações respectivas.

Um conjunto de circunstâncias históricas e de factores económicos predisponentes, que não nos interessa a nós analisar, levariam a Inglaterra dos fins do século XVIII à situação de um país riquíssimo, dispondo

do ouro e das matérias primas, insulares e coloniais, necessárias ao abastecimento exclusivo de um mercado quasi infinito, qual era o da India e da América. Dotada de uma população reduzida, ávida de maiores riquezas, dispondo de uma numerosa *élite* de técnicos e de economistas,—as máquinas potentes, animadas pelo vapor, a água e a electricidade breve surgiram, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, criando-se o sistema centralista da indústria moderna, em substituição do sistema industrialista individual da época precedente.

Por seu lado, a Revolução Francesa derruba, no mundo da política, todos os obstáculos ao livre trânsito do comércio. Uma onda de liberdade, nos espíritos e nas relações, dimana sobre a humanidade.

Desaparece o privilégio absolutista dos reis, os direitos feudais, a desigualdade odiosa dos impostos, esta situação insustentável que um dos últimos ministros da monarquia, o conde de Calonne, insuspeitíssimo, sintetizava a Luís XVI, nas seguintes palavras:— «La France est un royaume composé de pays d'États et de pays d'administrations mixtes dont les provinces sont étrangères les unes aux autres, où certaines contrées sont affranchies totalement des charges dont les autres supportent tout le poids, où la chasse la plus riche est la moins contribuable, où les privilèges rompent tout équilibre, ou il n'est possible d'avoir ni règle constante, ni voeu commun; c'est nécessairement un royaume très imparfait, très rempli d'abus, et tel qu'il est impossible à gouverner.»

Tudo contribuía, em suma, para o triunfo da Máquina, não aliás sem bastantes dificuldades e oposições. A Inglaterra saber-se-ia aproveitar das circunstâncias.

Grandes massas de operários, criadas pelas necessidades da produção dos centros industriais, atingidas

de quando em quando pelos reveses do comércio, perturbado pelos desequilíbrios freqüentes entre a produção e o consumo, viram-se forçadas a premunir-se contra os períodos das vacas-magras, entrando no caminho associativo, e os Estados numa legislação mais ou menos rasgada de protecção e de assistência aos trabalhadores.

O trabalho começava a dignificar-se cada vez mais e a defesa dos trabalhadores a ser regulamentada pela política, sendo assim que, na apreciação de René Sand, o Serviço Social atingiu uma amplitude extraordinária: na França esquematizado, na Alemanha generalizado, na Inglaterra coordenado, nos Estados-Unidos individualizado, na Itália sistematizado e, na Rússia, nacionalizado.

Como vemos, a questão está por toda a parte na ordem do dia, cada país esforçando-se à sua maneira pela solução das mesmas aspirações necessárias.

O seguro-doença, o seguro-invalidéz e velhice, o seguro-acidentes de trabalho, o seguro-sobrevivência, o seguro dos sem-trabalho, são aspectos de um mesmo problema, cujas equações, se podem parecer diferentes, são de resultados aproximadamente iguais, — são modalidades de assistência preventiva.

Pelos dados que me forneceram, verifico que a Associação Mutualista Covilhanense dispensa subsídios pecuniários na doença, pensões na invalidéz, assistência médica e farmacêutica e verbas para funerais e sobrevivência.

O auxílio prestado durante os dois últimos anos foi de cerca de trezentos contos, sem o menor recurso ao Estado, à custa exclusiva dos seus três mil associados, a que apenas se juntaram três sócios auxiliares. Sem coadjuvação alguma, mediante a exigência de uma cota semanal de um escudo e cinco centavos para

os homens, de oitenta centavos para as mulheres, a Associação Mutualista da Covilhã proporciona o remédio pronto, acessível a todos, contra os maiores prejuízos da doença e da morte.

São tão grandes as vantagens do seguro-doença, é tal a sua necessidade para aqueles cuja fonte de recursos é exclusivamente o trabalho de cada dia, que mal compreendemos como se não encontram agrupados na associação todos os operários da Covilhã.

¿Pois se neste movimento de solidariedade vai o interesse de cada um e de todos?...

Mutualismo quer dizer auxílio mútuo, amparo recíproco, congregando o espírito irmão das pessoas, segundo normas conhecidas de organização.

Nada tem que ver o espírito de seita perante o interesse comum, onde cabem, como em todo o verdadeiro Serviço Social indivíduos dos credos mais diversos.

Esforçam-se os homens por discutir as vantagens da economia individualista que rejeita toda a interferência do Estado na marcha das instituições sociais, ou da economia socialista que preconiza essa interferência.

Entre as duas correntes adversárias, em guerra acesa e intransigente, fica um lugar simpático para as ideias solidaristas, onde enfileiram de lado a lado os que preferem ao fragor dos combates a tolerância e a transigência dos processos.

A Associação Mutualista da Covilhã, sendo na essência individualista, pois que vive dos seus exclusivos recursos, solidariza o interesse individual com o interesse de uma classe, levando os seus associados à união e à defesa perante as realidades da vida que por vezes são bem amargas. A sua bandeira é a solidariedade para com todos, tanto mais simpática quanto é certo que abriga um número considerável de mulheres, trazendo-as pelo seu próprio esforço à con-

quista de uma salutar orientação para o concreto e para o útil.

Inegavelmente, todo o homem normal tem dois fins a desempenhar. Por um lado, tem necessidade de trabalhar como condição indispensável para viver, não sendo nem um inútil, nem um parasita. Por outro lado, deve esforçar-se por servir a sociedade de que faz parte, não só reflectindo o seu valor pessoal no valor da colectividade, mas colaborando inteiramente nas obras comuns e impessoais que definem o estado evolutivo da sociedade do seu tempo.

Eis porquanto o esforço particular dos operários da Covilhã é digno do maior relêvo e aplauso. Se em todo o homem civilizado são as aspirações altruistas que prevalecem sobre as egoístas, verifica-se como é afinal facilmente possível elevar-se uma classe popular, como é a dos operários da Covilhã, às inúmeras vantagens associativas e à categoria de um agrupamento consciente de cidadãos livres, dignos de participar, com iguais direitos aos de quaisquer outros, à mesa das regalias cívicas e sociais.

Se a tarefa do Serviço Social é tão vasta como eu a defini, cada um de nós deve atribuir-se uma função a desempenhar em seu benefício.

O primeiro esforço a realizar deve ser incontestavelmente no sentido da instrução e da educação. E' já um lugar comum dizer-se que é a instrução e por seu intermédio a educação, quem aproxima os homens, destruindo as barreiras e apagando as distâncias que os separam.

Profundamente exacta é a frase do filósofo Leibnitz ao dizer: — «O que fôr senhor da educação será o senhor do mundo!»

Vejam que a própria igualdade perante a lei só foi promulgada pela primeira vez em 15 de Junho de 1215, na Magna Carta, quando a educação social atingira um já notável grau de desenvolvimento. A despeito de algumas aparências em contrário, todos nós verificamos sem discussão que do mais forte ao mais fraco, do mais rico ao mais pobre, do mais instruído ao mais ignorante há um campo no qual todos somos iguais: — é evidentemente na consciência, visto que os homens honrados fruem direitos diferentes dos que não o são. Este conceito todavia que hoje é banalíssimo só começou a figurar numa lei do século XIII.

Num estado mais avançado da instrução e da educação humanas, a democracia vem dizer-nos que a outra igualdade devemos nós aspirar também: — à de que, a cada um e a todos, tanto quanto possível sem excepção, se proporcione a melhor situação material e espiritual a que se tem direito, sem atropelo dos direitos dos outros... E que a todos, sem excepção alguma, se conceda pelo menos, aquele mínimo de regalias inerentes à sua qualidade de homens. ¿Como realizar plenamente esta aspiração?

Evidentemente, instruindo-nos e educando-nos. Mais: prolongando e desenvolvendo na família um maior grau de instrução e de educação.

Cada um de nós, todos nós, somos um elo reunindo a geração que passou à geração que há de vir.

Eis porque à cabeça dos deveres que nos impõe o Serviço Social, se coloca a educação dos filhos, base de todo o progresso e de toda a felicidade.

Nos primeiros vinte anos da vida, um indivíduo passa 100:000 horas em casa, sob a vigilância dos pais, 8:000 horas na Escola e 2:000 na Igreja. Na

vida familiar, as ocasiões de educar são, portanto, além de menos artificiais, mais variadas e numerosas, sendo a sua influência 10 vezes mais forte que as da Escola e da Igreja reunidas... Eis porque eu dizia, há pouco, que à cabeça de todas as obras sociais, importa desenvolver a noção dos deveres dos pais sobre a educação dos filhos.

Os pais são, além disso, 80 a 100 vezes mais numerosos que os padres e os professores; a família conhece melhor o carácter da criança, dispõe de sanções mais enérgicas e é mais interessada no êxito educativo.

Todavia a Igreja prepara os seus padres nos seminários e o Estado os seus professores em anos de estudos nas Escolas normais e superiores e a maioria dos pais não está preparada para a sua missão. Missão tão alta, tão fundamental que no recente conflito do Papa com Mussolini, reclamava-se para a Igreja, em troca de todas as concessões, «só» a educação da mocidade.

«Só» a educação da mocidade! — a parte do leão, definida e sintetizada na frase de Leibnitz.

Prêgamos a necessidade de uma sólida educação moral, capacitados que não pode haver de facto um código moral universal. ; Como coadunar a humildade cristã com a moral dos americanos de hoje, em que os heróis são os homens de iniciativa e de coragem, — os homens de acção? ; Como uniformizar os preceitos morais de tantas religiões diferentes que são observadas por esse mundo fora?...

Sem profundarmos problema de tão alta transcendência, preconizemos a necessidade de uma educação moral, seja ela qual fôr e registemos que a formação do carácter deve ser individual para ser natural e não forçada e que essa formação, dependendo efectivamente do instinto e do hábito, cabe a todos nós a obri-

gação de aperfeiçoar os bons instintos das crianças, dando-lhes hábitos salutareos de intelligência, de rectidão e de vontade.

Faz pena que um meio tão populacional de operários como é a Covilhã não tenha ainda hoje uma Escola Maternal, onde, desde os três ou quatro anos os vossos filhos possam captar as emoções intellectuais e estéticas, os primeiros bons hábitos, que tamanha influencia projectam pela vida fora.

Provado que são as impressões dessa idade as mais duradouras e normativas, — uma dedada indestrutível, impressa na massa de modelar que é o psiquismo infantil, deveis pugnar por êste melhoramento importantíssimo.

A origem das escolas maternas remonta decerto às ideias de um pedagogo do século XVII, Coménius, que proclamava a necessidade de proporcionar à infância, antes da escola elemental — a escola do seio maternal — *materni gremii*.

Rousseau defenderia em lúcidas fulgurações as exigências da psicologia das crianças, adaptando a educação aos diversos estados de desenvolvimento correspondentes a cada uma das idades.

— «Exercei todos os sentidos, tirai de cada um deles todo o partido possível, em seguida verificai a impressão de um pelo outro, medi, contaí, pesai, comparaí, dizia êle, tudo isto sem livros, tirando da Natureza as lições de cousas.»

O reformador definitivo e radical da escola popular, Pestalozzi, quis também colocar as crianças em frente das realidades, antes de lhes fazer decorar palavras e conceber abstracções. Ele havia de ser o apóstolo «do ensino pelos sentidos, pela observação e pela experiência, elevando-se pela indução ao juízo e à comparação e desta à generalização».

Quando Kant, adoptando com restrições aperfeiçoadoras as ideias de Rousseau, dizia que o que importa não é a acumulação de conhecimentos como num armazém, mas o desenvolvimento das faculdades de cada um, proclamava um princípio educativo susceptível de florescer nas mais belas conseqüências. . . .

Se a Covilhã vai possuir o seu Dispensário-Creche para promover a assistência alimentar, higiênica e educativa das mãis e dos filhos, não se esqueça também de completar essa obra criando o seu Jardim-Escola João de Deus. Em um ambiente alegre e galhofeiro as crianças de menos de sete ou oito anos de idade, enquanto os pais trabalham, encontrarão na sua Escola Maternal uma risonha entrada no mundo infinito das conquistas espirituais.

A educação — volto a dizê-lo — deve começar como todas as cousas pelo princípio, e o princípio da vida que todos desejamos melhorar, — é a Infância, fonte mais pura de todas as riquezas sociais, que convém por isso acarinhar e aperfeiçoar.

Abordei-lhes um polo extremo do Serviço Social, — a educação, comêço de tudo o que há-de ser, base e alicerce de tudo o que há de vir e será.

Vou, de relance também, fazer-lhes algumas considerações sôbre o outro polo extremo que lhes diz inteiramente respeito, para fechar o ciclo de um corpo de aspirações que cada vez mais apaixona os espíritos modernos. Passo em silêncio uma infinidade de assuntos, que em palestra despretençiosa não chegaria sequer a enumerar. Eles ficam para os distintos conferencistas que vão seguir-me, com mais elevada mentalidade e mais apurado entendimento que o pobre de mim.

Vou falar-lhes de cousas comesinhas, triviais. De aspectos do Serviço Social, tão flagrantes à vista de todos, que parecerá ousadia repeti-los. Falamos um pouco de previdência, da protecção da maternidade e da infância, e de assistência; vamos abordar alguns aspectos da hygiene e do trabalho.

Cálculos muito aproximados, autorizam-nos a afirmar que, no decurso de cada ano, as doenças provocadas pelo trabalho comercial e industrial inutilizam em média, cada indivíduo, — cinco dias mais que cada trabalhador do campo. Dizendo-nos o distinto professor Bento Carqueja que há em Portugal mais de um milhão e meio de pessoas nestas condições, resultará que por falta de hygiene se perdem sete milhões e meio de salários em cada ano. Estes dias perdidos por doença renderiam 75:000 contos, avaliado o salário médio em dez escudos.

Está igualmente averiguado que, emquanto nas populações agrícolas a mortalidade anual por 10:000 habitantes é de 11,2, nos distritos comerciais e industriais esse número é de 20,4. Quer dizer: para igual população morre o dobro de trabalhadores industriais e comerciais em relação ao de agricultores.

A principal causa d'este desequilíbrio é a falta de hygiene profissional e do trabalho e secundariamente o urbanismo e em especial a crise de habitação nas cidades, onde o pardieiro exerce uma acção deletéria e mortífera, na saúde física e moral. Estes factores têm naturalmente uma importância menor nos camponeses, sempre ao ar livre e em pleno campo.

Carecemos de um Código de Trabalho, estabelecendo não só a aplicação obrigatória de sérias medidas de hygiene em benefício dos trabalhadores, mas como dissemos também, defendendo a produção e a riqueza do nosso país.

Dispomos, é certo, de uma legislação bem interessante sôbre o seguro dos desastres no trabalho, que expurgada de alguns graves defeitos seria perfeitíssima, e de uma regulamentação das explorações insalubres, esta aliás de escasso efeito prático, principalmente porque é exercida por uma burocracia distante, que não examina e não fiscaliza as condições locais. Todavia não pode ser-nos indiferente a situação do estabelecimento, do escritório, da fábrica, da taberna; — o local, a iluminação, a disposição das salas, a captação das poeiras e a depuração do meio atmosférico, o frio, o calor e a humidade, a vizinhança com maus companheiros de oficina, etc., etc.

Por outro lado, ¿ que sabemos nós da influência profissional sôbre a saúde?... Apenas aquilo que se passa, quantas vezes tardiamente nos consultórios médicos, ou trágicamente, em acontecimentos que são a triste história de um e de tantos.

A fadiga normal que não é mais que a diminuição do poder funcional dos órgãos provocada por um consumo de energia, traduzindo-se nesta sensação depressiva de mal-estar que todos mais ou menos temos experimentado, ¿ quando é que se estudou?

¿ Em que altura do dia, o operário sobrecarregado, ou por excesso de esforço ou por deficiência de aptidões físicas, esgotou as reservas de energia para cair na fadiga doença, comêço de tantos males futuros?...

Tissié distingue quatro graus na manifestação da fadiga:

I — A lassitude, que desaparece após um pequeno período de repouso;

II — O esgotamento, que diminui o poder reconstituente do organismo e se caracteriza pela aceleração das pulsações cardíacas, aliada a uma fraca elevação do pulso;

III — O *surmenage*, em que se encontra o sistema nervoso irritado, o organismo nevrosado com diminuição das pulsações cardíacas, do apetite e do sono;

IV — O coração forçado, forma muito grave, que pode terminar a vida súbitamente.

¿Até que ponto a fadiga acumulada ultrapassou o limite de resistência do organismo às investidas infecciosas, sempre vigilantes?...

Sabemos que a produção é maior nas duas primeiras horas da manhã, diminue lentamente durante a terceira hora, enfraquecendo sensivelmente a partir do fim da quarta hora, outro tanto sucedendo no turno da tarde:

¿Em que condições se conduz esta marcha parabólica da produção em homens deficientemente dotados de robustez?... Eis o que nós não sabemos porque ainda não cuidámos de estabelecer em bases científicas a protecção do trabalho.

Por seu lado, ¿a que velocidade, em que ritmo, e a que intensidade se deve efectuar certo trabalho?

Inventaram-se as máquinas, aperfeiçoaram-nas tanto quanto pôde o engenho dos homens, mas quasi sempre se descurou o factor mais nobre e valioso que é o capital humano, que elas deviam inalteravelmente servir e nunca — aniquilar.

Por isso, há quem assegure que o homem é o escravo da máquina, quando a máquina nunca, sem excepção alguma, devia ser mais que a escrava do homem.

Outra grande insuficiência de um meio tão pronunciadamente industrial como é a Covilhã, que salta aos olhos de quem vê no seu conjunto o meio operário, é sem dúvida a falta de um Gabinete de Orientação Profissional e de um verdadeiro Centro de estudos psicotécnicos que são cousa corrente em países como a

Bélgica, a França, a Suíça, a América e até a Espanha, de que temos um instituto modelar, no nosso país. A sua criação deverá constituir uma das reivindicações mais justas e necessárias.

Eis porque, entre outras razões, eu lhes dizia também há pouco que é preciso que um diploma legal — o Código do Trabalho Nacional — proteja a saúde e a vida dos operários, dignificando-lhes o esforço e apreciando-lhes o rendimento.

Certos aspectos do nosso atraso podiam ter remédio immediato; por exemplo a hygiene colectiva e individual dos operários.

No estrangeiro, ao contacto das ruas, um visitante não sabe distinguir quanto a asseio, entre o operário e o patrão ou o proprietário.

Lá fora, cumpre-se esta regra elementar de hygiene, — a de que todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua actividade, devem ter um fato de trabalho.

Aparte os pintores e os mecânicos, raros são entre nós os que cumprem o preceito. Pois nada havia de mais fácil, visto esse hábito só trazer economia e bem-estar.

O asseio é sem dúvida um factor de dignidade e ninguém ignora como se olha com má-vontade para um individuo pouco limpo.

E' o que se chama a dignidade física das pessoas.

Diz-se e creio que é verdade que o bom operário se revela logo na aparência. O exterior dele é o primeiro atestado patente à face dos seus vizinhos e dos seus concidadãos.

Também quantas e quantas oficinas não têm sequer um simples lavatório, quando, em boa verdade,

todas deviam ter um gabinete de *toilette* com casa de banho e duche, embora modesto e sem luxo? . . .

¿Por confôrto apenas? Não. Por asseio, por limpeza, por hygiene.

¿Quantos doentes dos olhos incuráveis, quantos intoxicados de chumbo e de mínio, não contraíram as suas afecções pelas mãos pouco limpas?

Falar da hygiene dos operários, deixando no esquecimento o alcoolismo, o factor da maior degradação moral e física, seria também da minha parte inexplicável.

Consintam-me portanto que lhes recorde uns ligeiros comentários sôbre este assunto.

O alcool, se nunca é um alimento de escolha, usado em doses moderadas não está provado que seja um tóxico.

Experiências de um rigor incontestável o demonstram, entre elas as de Atwater. Este experimentador demonstrou objectivamente, pela introdução de pessoas num calorímetro respiratório, a transformação de pequenas doses de vinho de Bordeus e de *whisky* em reservas de calor e de energia, aproveitadas pelo organismo. O mesmo experimentador provou também que essa transformação já não se verificava em doses maiores, tóxicas e altamente nocivas para o organismo.

As experiências de Atwater deram lugar a violentas polémicas entre os higienistas e os vendedores de alcool, podendo formular-se as conclusões seguintes:

I—O alcool, mesmo em pequena quantidade, é um mau alimento, de valor secundário nos adultos e um violento veneno nas crianças;

II—E' um alimento artificial e fictício porque não

é influenciado pelos sucos digestivos, sendo assimilado em *nature*;

III — E' um alimento caro, não obstante o vinho estar por aí quási de graça; caro, se me referir à utilidade que pôde fornecer ao organismo.

Assim: um litro de vinho representa cinco vézes menos calorias que um quilo de açúcar. Mesmo sôb o ponto de visto da economia agrícola, provou-se que um hectare de terra, se der 2:500 litros de vinho, estes representam menos de dois milhões de calorias, enquanto que produzindo 1:200 quilos de farinha, esta transformar-se-á em mais de quatro milhões de calorias, mais do dôbro do valor energético daquele.

No ponto de vista em que o Serviço Social nos colloca, aspirando sôbre todas as cousas à valorização do homem, como vêem, é um mau rendimento a produção do vinho. O conceito do alcool-alimento é portanto muito fantasiôso e nocivo.

Também se diz em sua defesa que os médicos o usam como estimulante nalgumas doenças infecciosas, mas a verdade é que nada justifica cientificamente essa utilidade e, de resto, rigorosamente doseados, há muitos tóxicos com utilidade em terapêutica.

Uma das vantagens mais apregoadas do alcool — a excitação cerebral é também o seu maior inconveniente.

Sim, em certa fase, o vinho transforma o homem num papagaio, mas esta acção excitante não interessa senão as funções simples do cérebro, prejudicando e deprimindo as funções mentais superiores. Como factor de prazer, tampouco é digno de defesa, uma vez que o alcool é nessa dose um veneno e o alcoolismo um caso de acostumação, forçando a vítima a aumentar cada vez mais a quantidade necessária.

O seu mau uso e o seu abuso fazem d'êlé «um dos principais inimigos do indivíduo, da família e da sociedade».

Se as vantagens do uso podem ser diversamente apreciadas e especialmente defendidas por aqueles cujo interêsse é vender as suas adegas, as desvantagens do abuso são universalmente reconhecidas.

A legislação portugueza é a êste respeito das mais livres e abusivas do mundo.

Nos Estados Unidos da América, onde a cultura física não é uma fantasia mas um ideal geralmente comprehendido, a Comissão dos Cinquenta pronunciou-se desta forma: — «Na civilização moderna, por um lado o desenvolvimento físico, por outro lado o progresso moral e económico, dependem do uso decrescente das bebidas alcoólicas.»

Em Portugal, êste nosso querido e fantástico «País das Uvas», onde grande parte da economia assenta na produção do vinho, creio todavia que alguma cousa de muito útil haveria a fazer na repressão do alcoolismo.

Recordemos o exemplo da lei inglesa que limita o negócio das bebidas a nove horas por dia, em nenhum caso podendo exercer-se antes das onze da manhã ou depois das onze da noite, com duas ou três horas de encerramento a partir do meio da tarde.

São entre nós as próprias leis que o facilitam, tal a atenuante outorgada ao estado de embriaguez, tal o diploma da obrigatoriedade de consumo aos trabalhadores.

Visto que assim é, não nos atrevemos a recomendar a abstinência, mas pelo menos a observar, sem excepção, a sobriedade.

Os problemas do Serviço Social são de tal forma entrecruzados que não se resiste a cair em algumas derivações do principal objectivo.

São, além disso, como pretendi explicar, de uma tão profusa variedade e de uma tamanha importância, que resolvê-los de pronto, só de varinha mágica, como nos contos de fadas, criando por toda a parte um cenário de magnífica fantasia que será afinal a realidade do futuro.

— ; Temos um mundo novo para edificar!

O que pode parecer-nos uma utopia hoje, será a realidade de amanhã, talqualmente no correr dos tempos caminhamos para uma perfectibilidade cada vez maior.

Na impossibilidade de criarmos o óptimo para já, não excluamos o dever que temos de realizar o bom e o possível.

A' corrente inexorável dos acontecimentos, juntemos cada um de nós a parcela do nosso pequeno esforço para a dignificação e a felicidade do género humano.

; Orientemos as nossas forças comuns no sentido ideal de uma deslocação do fulcro da Política, por forma a que a paz armada em que se consomem as principais rendas das nações se transforme numa paz desarmada, pelos conceitos de solidariedade humana que devemos ao nosso semelhante!

; Que nesse dia, porventura longínquo ainda, os milhões consumidos pela arte da guerra, passem a figurar nos orçamentos dos Ministérios do Serviço Social!

Porque se a Paz fôsse realmente um dever moral para todos os homens e não apenas o pacto falível de uns tantos diplomatas, então o Serviço Social atingiria as mais perfectas soluções construtivas! Serviço Social que, como dissemos, compreenderá a protecção da ma-

ternidade e da infância, a assistência, a previdência, a higiene e o trabalho.

Os senhores, operários da Covilhã, estão no bom caminho, nesse bom caminho.

Compreenderam as vantagens associativas.

Realizaram a parábola dos vimes, aqueles vimes frágeis que um pai pediu a seus filhos, a fim de lhes demonstrar que não valendo nada um a um, reunidos todos, juntos todos, seriam inquebráveis, invencíveis...

BIBLIOGRAFIA

- La rançon du machinisme* Gina Lombroso
Le service social René Sand
La Revolution. Louis Madelin
A creche Ferreira Moutinho
Socorros Mutuos e Seguros Sociais Dr. Lobo de Avila Lima
Congrès internationale de l'éducation morale 1930
La genèse du XIX.^e Siècle. H. S. Chamberlain
Histoire de l'instruction et de l'éducation François Guex
Désinfection Dr. Henry Thierry
Higiène Industrielle et Professionnelle Marcel Frois
Intoxications professionnelles M. Duvoir
Breviário de Higiène Moral Dr. Fernando Correia
História de Portugal Oliveira Martins
Amor Convenienciã Engenesia Gregorio Marañon
La vie Americaine Marcel Brauschvig
L'alcoolisme J. Rieux
Protection maternelle A. Couvelaire.

Breves considerações sobre Assistência em Castelo Branco

Palestra proferida numa festa de Caridade em beneficio do Instituto do Cancro e de um pavilhão hospitalar para tuberculosos em Castelo Branco, realizada no Cine-Teatro desta cidade, na noite de 3 de Novembro de 1931.

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

De comêço, direi a V. Ex.^{as} que apenas venho proferir algumas palavras de abertura nesta festa de beneficência. A' última hora convidado a assumir este encargo que a outrem devia ser cometido, não quis todavia recusar o meu apagado concurso à Comissão de Senhoras organizadoras desta festa, que eu tenho sempre encontrado dispostas a coadjuvar-me em iniciativas de caridade e de assistência de outro género.

E' tão costume nosso cultivar o ódio e o rancor, está tão dentro dos nossos hábitos o desvario de criticar injustamente e de malsinar, tão longe nos tem levado a onda das paixões sectárias que, na verdade,



chegamos a um momento em que é preciso tocar a unir para as almas desinteressadas e ansiosas do Serviço Social, seja qual fôr a modalidade em que se informe.

Estamos no século da Assistência!

Por todo o mundo civilizado corre um frémito de solidariedade pelo nosso irmão doente e desamparado, pela criancinha orfã de pais ou de carinhos, pelo ignorante, pelo sem-trabalho, por todo o infeliz, pelo próprio degenerado e criminoso, irresponsável nas suas taras e distrofias!

Estão descobertos todos os continentes, sulcados todos os mares, subjugado o espaço luminoso; acordamos para a consciência de nós mesmos, mas ainda subsiste um país misterioso aqui junto ao pé de nós: o do reino dos pobres e dos miseráveis. O fim da Assistência é procurar o remédio para todas as misérias. ¿Pois o que é a miséria senão a inadaptação entre o meio e os indivíduos? (1)

Ao conjunto de meios destinados a remediar os males sociais chamamos nós assistência; chamam os alemães «assistência social» (Soziale Fürsorge), separando a assistência (Wohlfahrtspflege) da política social (Sozial politik) e os franceses — «Service social».

Assistência é portanto caridade e filantropia, previdência, higiene, educação popular, é, em suma, uma ciência social aplicada — e um dos ramos mais importantes da Política.

Não me esquecerei de realçar a caridade que é uma forma de assistência privada e uma das mais belas virtudes da condição humana quando leva por damas de companhia a modéstia e a humildade. . .

(1) René Sand. — *Le Service Social à travers le monde* — 1931.

Poucas pessoas, pouquíssimas na verdade, a praticam na sua excelsa beleza; muitos fazem dela um sentimento arbitrário e ocasional, quando outros a revestem de munificência espectacular. A caridade, na sua fórmula cristã, é um sentimento no mais alto grau humanitário.

Precisamos contudo rectificar que a esmola em dinheiro é um meio infeliz de exercer a caridade, porventura o pior de todos, salvo raras excepções e, entre estas, é legítimo salientar os casos de pobreza envergonhada.

Não se julgue todavia que sempre se encarou assim o problema. Os antigos tinham a piedade por uma fraqueza, sendo mais tarde o cristianismo quem honrou os humildes e proclamou a dignidade da pessoa humana, criando organismos de protecção às crianças, aos doentes, às viúvas, aos pobres e desamparados de qualquer espécie, especialmente os leprosos.

E' assim que o Concílio de Orleans, em 507, dispõe que a Igreja consagre aos doentes e aos indigentes a quarta parte das suas rendas. Assim nasceram as «Maisons Dieu», para os doentes, os feridos, os velhos, os indigentes, as grávidas e os expostos. O Concílio de Tours, em 570, reconheceu a sua insuficiência financeira para a administração da caridade que transita para a alçada do poder civil, a pouco e pouco, numa evolução que dura séculos.

No século XII surgem as ordens religiosas e um dos mais belos espíritos de todos os tempos — S. Francisco de Assis, que é justo não omitir neste *compte-rendu*, esquemático, de história.

S. Francisco de Sales, em 1610, inspira a fundação da Ordem da Visitação de Maria; S. Vicente de Paulo, em 1617, as Conferências da Caridade e, mais tarde, em 1633, as Irmãs da Caridade, com as

funções das visitadoras de hoje. A sua casa é a mais antiga das escolas de enfermagem.

Numa época em que a instrução e a cultura eram pertença quasi exclusiva das organizações religiosas, a cargo destas ficava assim o exercício da caridade.

Antes e a par dos esforços religiosos, a assistência pública nascia e desenvolvia-se na Babilónia e na Grécia com a urbanização.

Atenas tinha já o seu sistema de pensões às viúvas e aos doentes, aos inválidos e aos órfãos da guerra, com médicos de bairro, pagos pelo Estado, com templos e asilos para gasalhado de estrangeiros, com distribuições de trigo em tempo de crise. Desta assistência, chegaram a aproveitar em Atenas, 20:000 cidadãos.

Roma dava aos pobres pão e carne e, por vezes, terras para cultivar, mas os escravos eram excluídos. Os judeus, davam todos os dias *esmola de prato*; todas as sextas-feiras, *esmola de bolso*. É curioso que ainda hoje, em Castelo Branco e outras terras se conserva o uso de pedir a *esmolinha* às sextas-feiras: — ; reminiscência judaica?!... Os dízimos, ou décimos dos produtos das colheitas destinavam-se aos levitas, aos estrangeiros, aos órfãos e às viúvas. Aos pobres se destinava também o *canto da terra*, que não devia ser inferior à sexagésima parte do terreno cultivado.

A história da assistência enche volumes curiosos que não é meu intento desenvolver aqui; procuro apenas salientar os factos culminantes de uma longa evolução que leva da caridade à assistência.

Não posso por isso deixar no esquecimento três nomes imortais: o da rainha Santa Isabel, criadora

da Real Casa dos Expostos de Coimbra e de gafarias e os da rainha D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II, e do frade trino Miguel Contreiras, os fundadores das Misericórdias em Portugal, de sobejo conhecidas.

A secularização da assistência acentuou-se mais de há dois séculos para cá, com a Revolução Francesa.

Hoje existem modalidades diversas, todas elas, a meu ver, respeitáveis e dignas de auxílio e louvor.

A assistência religiosa, nos hospitais e asilos, quando tènicamente adestrada, como nessa magnífica instituição das «Florinhas da Rua», dirigida pela bondosa senhora Condessa de Rilvas, é sem dúvida excelente.

Iniciativas de origem particular concorrem brilhantemente no já respeitável cortejo dos nossos organismos de assistência, e para citar apenas duas das mais belas, referirei a obra dos Jardins-Escolas João de Deus e, por exemplo, a creche Pedro Folque ⁽¹⁾, que aconselho todos V. Ex.^{as} a visitar, se querem conhecer dois dos mais simbólicos espíritos do nosso tempo: o casal D. Joana Folque-Dr. Azevedo Souto. Fica em Belas, na linha de Sintra, dirigida e exclusivamente mantida por estes dois beneméritos.

O casal Folque-Azevedo Souto não tem filhos e, como dispõe de meios de fortuna, criou na sua quinta de Belas uma Creche para crianças de um a três anos, tendo anexas uma Escola Maternal, para crianças em idade prè-escolar e a chamada Casa de S. Pedro, cujo intuito principal é tirar as raparigas da rua, ensinan-

(1) *La Crèche Pedro Folque*, par Madame Folque do Souto, fondatrice et propriétaire — 1931.

do-lhes labores domésticos e ministrando-lhes noções de higiene e sã moral. Num ambiente suave de família, as mais velhas nomeadas *mãezinhas* das mais novas, denominadas *filhas*, emprêgo que sendo bem cumprido lhes rende dois tostões por semana, como estímulo, a obra rescende a uma beleza incomparável, digna de ser seguida e imitada.

Noutro género, posso citar-lhes a Maternidade Bensaúde, onde são recolhidas as raparigas-mães, desde três meses antes do parto a três meses depois dêste. A sua história é bem conhecida, mas não se perde tempo em a repetir. O distinto médico Dr. Costa Sacadura fez, numa conferência, um comovido apêlo aos filantropos para a criação de uma maternidade para raparigas caídas em falta, até então completamente abandonadas pela sociedade. Tempos depois, um legado anónimo, de algumas centenas de contos, permitia realizar esta grande obra que tem uma feição interessantíssima, embora no parecer de certas almas pequeninas, indefensável.

A interessada é recolhida, sendo-lhe facultativo dar ou não indicações da sua identidade que constitue, no primeiro caso, um segredo mantido e observado. Seis meses depois, à saída, um grupo de senhoras se encarrega de facilitar o casamento quanto êste é possível e conveniente, *pois também por vezes não é possível e até por vezes não é conveniente* (1), e de vigiar e amparar, material e moralmente as raparigas-mães.

Podia citar como instituições oficiais e modelares a Tutoria da Infância de Lisboa, para menores delinquentes, com sua *pouponnière* — prisão, onde o asseio e o conforto são tão evidentes que convidam

(1) De um discurso do prof. Costa Sacadura.

a amar as cousas belas da vida e a regenerar erros passados.

Descreveria a V. Ex.^{as} os nossos formosíssimos sanatórios marítimos, o do Outão, os da Parede, o de Valadares, como varandas abertas sôbre o mar Atlântico, que mais parecem castelos de prazer de milionários.

Lembraria a V. Ex.^{as} o sanatório de Coimbra, em Celas, em que a ciência e o gôsto do Dr. Bissaia Barreto fizeram um prodígio de beleza, criando um ambiente tão distante dos velhos aspectos de hospital que o pobre tísico irremediável, ali colocado, não pode ter saúdaes do seu lar, da família e dos vizinhos, que deixou de continuar a contaminar. Quási apetece morrer ali, ou pelo menos a morte reveste-se das côres suaves da resignação e do conforto. . .

Falaria a V. Ex.^{as} dessa colossal instituição que é a Misericórdia de Lisboa, cuja importância é tão grande, que só por si administra um activo de 40:000 contos (1), à parte muitas propriedades urbanas e rústicas, cujo valor aumenta essa importância. Não recebe esta Misericórdia actualmente subsídio algum do Estado. São avultados todos os anos os donativos, destacando-se os que especialmente se destinam ao Asilo dos Cegos, sendo raro que se passe alguma semana sem que algum se receba ou seja comunicado, de maior ou menor importância. E é caso corrente haver pessoas que entregam os seus testamentos à guarda da sua Administração. Nos quatro últimos anos, de 1926 a 1930, recebeu a Misericórdia de Lisboa, em moeda corrente, 1:066 contos; em títulos de crédito nominais, 852 contos; em títulos de crédito efectivos, 906 con-

(1) *A Misericórdia de Lisboa*, por José da Silva Ramos — 1931.

tos; e em propriedades, 681 contos. Tem uma parte dos lucros líquidos das lotarias (38 %), cabendo-lhe nos ultimos quatro anos 38:332 contos. O movimento total de tesouraria, em numerário, durante o ano económico findo, foi de 260:511 contos . . .

Não alongo mais a minha descrição e neste ponto coloco a oportuna pergunta:

— ; Mas então, como vamos nós, a província, concorrer para instituições de Lisboa?

Sim, minhas Senhoras e meus Senhores, todos devemos dar a nossa cota parte de concurso às instituições a que esta festa se destina, embora a minha opinião pessoal seja a de reservarmos os movimentos de maior generosidade para as nossas depauperadas instituições locais.

E' preciso contudo mostrarmos a nossa acção de solidariedade para o desenvolvimento de um organismo tão necessário como é o Instituto do Cancro que interessa todo o país no seu ramo de serviços e que servirá portanto as nossas populações. De resto, Lisboa também auxilia os nossos órgãos de assistência locais e todos elles são subsidiados pelo Estado, sem o qual não existiriam senão em condições muito precárias.

E volto por isso ao meu ponto de partida: — Sejam quais forem as nossas cisões e dissensões, precisamos acordar em nos auxiliar nas iniciativas que interessam ao serviço social.

Creio que a ninguém pode disputar-se o monopólio de fazer o bem. Ele não paga patente de invenção, não assenta arraiais em qualquer credo político, mas reverte em beneficio do nosso coração alegre e da nossa consciência tranqüila . . .

Não me alongarei também em considerações sobre o assunto que aqui nos reuniu, a mim como algoz involuntário da paciência de V. Ex.^{as} e a V. Ex.^{as} como réus condenados em delito não cometido.

Mas não posso deixar de me referir — repito — a estes dois assuntos da maior transcendência social: os tuberculosos e os cancerosos. Entre nós, como sabem, os tísicos não têm qualquer socorro, a não ser o de algumas receitas e remédios fornecidos pela nossa Misericórdia e o seu internamento nas enfermarias de Clínica Médica do Hospital.

E' uma vergonha que continuemos a instalar, junto e entre doentes de menor gravidade, indivíduos que expectoram bacilos de Kock, aos milhões. Vêem V. Ex.^{as} o perigo! . . .

Eu não venho aqui prègar o descrédito do Hospital da Misericórdia; tenho autoridade para apontar êste crime de lesa-humanidade, êste insulto às mais elementares regras de hygiene, que põe em perigo a vida e a saúde de nós todos, porque de há muito tempo, na medida das minhas fracas fôrças, ando a clamar contra tão desgraçada situação e a chamar para ela as atenções do público e das autoridades ⁽¹⁾.

Não me venham dizer que o problema se resolve proibindo, pura e simplesmente, a entrada dos tuberculosos nas enfermarias do Hospital! . . . Negar uma cama e um abrigo a um tuberculoso sem recursos, na última fase da enfermidade, quando as economias todas já foram absorvidas durante a longa evolução do mal, quando a miséria veio ensombrar ainda mais

(1) *Pelos tuberculosos de Castelo Branco*, do autor — 1930 e *Algumas considerações sobre Tuberculose Pulmonar* — Tese ao IV Congresso Beirão — 1928.

o seu destino trágico, seria além de canibalesco para o desgraçado, um tremendo perigo para a população, indefesa perante um mais fácil e maciço contágio.

Resolver dificuldades pelo processo do macaco náufrago, que tapa os olhos para não ver o pego em que se afunda, é responder com uma farça ao conflito dramático das necessidades sociais.

Precisamos — desculpem-me a insistência — isolar imediatamente os tuberculosos incuráveis. Bem se sabe que não podemos, com uma varinha mágica, erguer sanatórios, preventórios, colónias agrícolas, obras de Grancher, etc., que hoje se preconizam contra a invasão deste *morbus*, mas o que aí se exhibe é mais que uma necessidade, porque é uma afronta à dignidade humana e à dignidade profissional dos próprios médicos que se encontram na situação de cobrir terríveis responsabilidades, contra toda a ciência que professam. A questão é tão apremiante que, em meu entender, é preferível fechar as enfermarias de Clínica Médica para todos os doentes, em geral, a deixá-las funcionar como agora, em que se conjugam todas as circunstâncias para que um vulgar doente de *grippe* ou de catarro, saia dias depois a braços com uma tísica que não tinha. Por mim, tenho feito muita vez esta exposição ao Sr. Provedor da Misericórdia, com a qual concorda em princípio, mas que não tem recursos para remediar a situação embaraçosa.

Com as minhas homenagens, cumpre-me lembrar que foi a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Castelo Branco quem realizou a primeira festa de beneficência para este fim.

A questão, tènicamente, a traços largos, apresenta-se com a gravidade que eu acabo de expor; faço votos pela sua próxima solução, mas é necessário

que obedeça às exigências da Higiene, entregando-se a um architecto especializado e competente a sua execução e não ao primeiro curioso, ávido de receber por qualquer forma a sua percentagem de lucros.

Devo dizer a V. Ex.^{as} que, ao lado do aspecto humanitário e sentimental e a par dos impulsos generosos de solidariedade humana que são do nosso dever, a assistência tem um aspecto económico, material e positivo, que importa considerar. O animal humano não é apenas um valor de sorte espiritual e imponderável, mas também um capital produtivo que conta na riqueza de qualquer país e que pesa na economia e no activo desta infinita máquina de negócios e de trabalho que é uma nação (1).

Valorizar o homem, em si mesmo, quer restituindo-o à sua capacidade produtiva, quer aumentando-a, quer evitando o seu aniquilamento, é incontestavelmente promover a riqueza nacional, materialmente, no seu elemento mais nobre.

A cultura da saúde e o revigoramento das aptidões físicas e morais são também um bom negócio, creiam V. Ex.^{as}. Tão bom negócio, que no ano económico 1927-28, a Alemanha gastou 12:800 milhões de marcos, a Inglaterra 310 milhões de libras e os Estados Unidos 3 biliões de dolars, nos seus serviços sociais públicos, ou sejam respectivamente 54 %, 27 % e 27 % das despesas totais dos Estados e das caixas de seguros sociais, exceptuando destes números as pensões aos inválidos, viúvas e órfãos de guerra, que são despesas excepcionais e ainda os serviços sociais

(1) *The money value of a Man*; New-York — Louis, Dublin e Lotka — 1930.

privados. Estes, nalguns países, igualam quasi os serviços públicos. Por onde se avalia, embora de relance, a importância que os países mais civilizados e progressivos atribuem ao serviço social. . . Porque vem a propósito, quero dizer a V. Ex.^{as} que no Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo Mota, desta cidade, dedicaremos cada vez maior atenção às Colónias Balneares.

Arrancar as crianças dos pardieiros para as levar a viver em boas condições físicas, entre mar e sol, entre brinquedos e felicidade e sem preocupações de qualquer espécie, ainda que seja no curto espaço de um mês em cada ano, é contribuir seguramente para o levantamento da raça, aumentando-lhe um forte coeficiente de resistência e roubando-a às investidas, mais frequentes da tuberculose.

Lembro a V. Ex.^{as} os singelos, mas inspirados versos, à guisa de diálogo, do poeta Sanches da Gama:

«— Porque é que as nossas roseiras
O' mamã, são tão bonitas
E ali, nas casas fronteiras
São feias e tão fraquitas?

— As nossas, minha filhinha,
São tratadas com amor,
Emquanto que as da vizinha
Não têm ar, nem têm calor.

Ali, num pátio sombrio,
Entre muros, desprezadas,
Enregeladas com frio,
Só dão rosas descóradas.

Sem gozar o sol que brilha
Vivem tristes, desditosas.
E as crianças, minha filha,
São tal e qual como as rosas . . . » (1)

(1) *O Bom Combate* — Coimbra, 1934.

De facto, as Colónias de férias são essencialmente obras de profilaxia anti-tuberculosa. Como tais devem ser consideradas, bem merecendo o auxílio de toda a gente.

Posso informar V. Ex.^{as}, para dar uma ideia dos resultados obtidos, que as 59 crianças enviadas para a Nazaré, aumentaram de péso 200 quilos — uma média de 3 quilos por cada uma, durante o mês de Julho que durou a Colónia, regressando com algumas dúzias de escrófulas a menos.

A seu tempo se fará a história da primeira Colónia Marítima de Castelo Branco, convindo acentuar por agora que se trata de uma obra essencialmente anti-tuberculosa. Ninguém ignora, de resto, a benéfica influência do clima atlântico no desenvolvimento e cura de certas enfermidades das crianças, como o linfatismo, a desnutrição, a apatia, a tuberculose localizada, óssea ou ganglionar, a cloro-anemia, etc. — estados que muito facilitam a tuberculização.

A Nazaré, mais que um clima de repouso como é o das costas italianas, da Riviéra, do Tirol e da Suíça e, entre nós, o do Estoril, é também dotado de uma grande energia excitante e curativa. Precisamos todos assimilar esta ideia de que o ar, a luz e o sol não exercem completamente os seus benefícios em recintos fechados.

O sol, ao atravessar os vidros e cristais, deixa perder os raios ultra-violetas do espectro, precisamente os mais interessantes sob o ponto de vista biológico, e tão necessários ao crescimento dos ossos. Até hoje, não foi possível obter vidros sem esse inconveniente, apesar das tentativas industriais alemãs e americanas (1). A acção indubitável da luz sôbre a pele,

(1) *Radiologia Médica*, II volume — Pablo Lázarus.

parece influenciar a calcificação do organismo, armazenando-lhe energias transformadas e evitando as investidas da tuberculose. O êxito obtido foi grande, mas se a ajuda de V. Ex.^{as} nos não faltar, conta a Direcção do Dispensário duplicar no próximo ano o número de crianças beneficiadas.

Uma parte dos benefícios desta festa reverte também a favor do Instituto do Cancro, sôbre o qual vou reproduzir algumas noções, indispensáveis a toda a gente:

— O número de mortes pelo cancro aumenta em todos os países a olhos vistos. Por isso toda a gente deve ter noções sôbre o cancro.

— Não se conhece ainda a sua causa, apesar de ser das doenças mais estudadas e por maiores notabilidades científicas. Só sabemos que êle se pode, dentro de certos limites, evitar ou curar.

— A transmissão do cancro de pais a filhos não está esclarecida, mas é freqüente o aparecimento de cancros em mais de um membro da mesma família.

— As pancadas em certas regiões do corpo, como os seios, as irritações como as dos lábios inferiores com os cachimbos, o alcatrão em quem lide muito com êle, predispõem para o aparecimento do cancro.

— Um tumor benigno pode transformar-se num cancro, o que se evitará operando-o a tempo, em geral não se reproduzindo mais. De resto, curas expontâneas quasi nunca se dão.

— Impõe-se a prática dos mais rigorosos princípios de hygiene corporal e alimentar, o abandôno do cachimbo, a extracção de raízes de dentes, o tratamento de todas as feridas que demorem a cicatrizar,

a higiene do trabalho, nomeadamente em certas indústrias, a luta contra todos os parasitas. . . (1)

Pràticamente, convém saber-se que o canero é, de início, uma doença local, isto é, começa por um nódulo, que só mais tarde cresce e se reproduz. Numa segunda fase, alastra pelos linfáticos e pelos gânglios regionais e, numa terceira fase, generaliza-se pelo sangue, reproduzindo-se em órgãos diversos e afastados.

Compreende-se, portanto, a extraordinária importância que há em consultar o médico o mais cedo possível, naquela primeira fase em que o cirurgião, amputando-o, irradia definitivamente o mal.

As mais das vezes é um caroço insignificante, pequeno, que não incomoda nem molesta, mas que insidiosamente cresce, podendo atingir nalguns órgãos um tamanho insólito, de muitos quilos de péso.

E' preciso que o médico seja consultado aos primeiros sinais de um corpo estranho em qualquer órgão, em qualquer parte do corpo, e não como tantos fazem, que com receio de saber a verdade, ou por falso pudor, hesitam durante muito tempo e só consultam quando a doença se generalizou e já não tem remédio.

Como dissemos, não é contagioso, não é devido a um agente microbiano, nem é hereditário; pode aparecer em toda a parte do organismo, muitas vezes só se diagnosticando em órgãos internos pelos Raios X. Conforme a sua localização, assim dá lugar a sintomas especiais e assim é especial o seu tratamento para cada caso. A cirurgia, os Raios X e o Rádio, afora

(1) *Fólias de divulgação higiênica* — Dr. Fernando Correia, Caldas da Rainha.

outros tratamentos secundários, isolados ou combinados, constituem a ofensiva a dirigir contra tão inexorável enfermidade. Não aprofundo o assunto, demasiado difícil para uma palestra de divulgação, pois só por si constitue uma difícil especialidade da ciência médica, que ocupa sábios e investigadores.

Ainda nos últimos anos o cancro roubou à sociedade portuguesa dois grandes vultos da nossa jurisprudência. Um, o Dr. Francisco Fernandes, uma autoridade ainda hoje insubstituível no Direito Commercial; outro, o Dr. Alexandre Braga, um orador de raça — ambos êles dois altos espíritos, duas luminosas inteligências, na pujança da vida, vitimados por cancros do pulmão ⁽¹⁾.

Todos V. Ex.^{as} se lembram da terrível agonia dêsse illustre homem público que foi Tomé de Barros Queirós, tão cedo roubado pelo cancro à sua honesta obra de político e de patriota.

Como vêem, não escolhe categorias, ora nos levando elementos dos mais nobres, ora dos mais humildes... Por isso também nos juntamos aqui, a colaborar no mesmo desejo de defesa social que a todos interessa, contra uma das mais molestas enfermidades...

Passando muito ao de leve sôbre diferentes aspectos da assistência, cada um dos quais daria assunto vasto para alargar as minhas desprezenciosas considerações e os meus insignificantes comentários, faço

(1) Dr. António Ramalho, Pôrto.

a V. Ex.^{as}, para terminar, um apêlo que me sobe do coração.

«A Medicina não é uma ciência perfeita — é certo — com base assente em verdades definitivas», mas é hoje e cada vez mais a orientadora segura de todas as iniciativas de Assistência. Foi nos antigos tempos, sacerdotal e teológica, ainda hoje se debatendo o eterno conflito dos que vêem no homem apenas uma máquina bem organizada, primorosamente organizada, e aqueles que o encaram como um ser de corpo e alma ou, no dizer de Hallé, como uma alma servida por órgãos (1).

Seja como fôr, as aspirações universais caminham, nos mais diversos e antagónicos sistemas políticos, por um sentido nitidamente sociológico, abatendo o sentido egoísta e acanhado que ainda hoje enferma muitos dos nossos melhores valores.

Ora, Castelo Branco, pouco tem realizado neste capítulo, e muito dêsse pouco, mal realizado.

O seu Hospital, que é depois dos de Lisboa, do Pôrto e de Coimbra, dos de maior movimento do país, está, como há pouco disse, incapacitado de exercer plenamente as suas funções. O Asilo da Infância Desvalida (2) carece de alterações profundas na estru-

(1) *A Medicina e os Médicos* — Conferência do Dr. L. Patricio — 1930.

(2) O autor e o distinto médico desta cidade sr. Dr. António Trindade, realizaram, por solicitação da respectiva Direcção, uma visita sanitária ao Asilo da Infância Desvalida. As conclusões a que chegaram constam do officio que segue:

«Castelo Branco, 22 de Agosto de 1934. — Ex.^{mo} Sr. Presidente do Asilo Distrital da Infância Desvalida: — Dando cumprimento ao encargo que nos foi solicitado, de uma inspecção médica e sanitária ao Asilo da Infância Desvalida, communicamos a V. Ex.^a as seguintes conclusões:

I — Pelo que diz respeito ao estado sanitário das crianças e do pes-

tura do seu edificio, manifestamente à margem das normas higiénicamente indispensáveis à vida de crianças predispostas a contrair muitas das enfermidades a que devem a orfandade e sem a feição nítida de uma verdadeira escola de prática familiar, de onde saíam conscienciosas donas de casa e futuras boas-mães. Têm V. Ex.^{as}, como entidades officiaes ou particulares, um corpo médico que está pronto a colaborar tènicamente em todas as reformas ou iniciativas destinadas a melhorar a nossa precária assisténcia local, sendo necessário que Castelo Branco, a nossa cidade, se levante ao nível da solidariedade humana que crepita nas nossas almas. . .

soal docente e menor, verificamos que não existe nenhum caso de tuberculose averiguadamente contagiosa (havia anteriormente duas crianças que se encontram internadas no Hospital da Misericórdia), embora a maior parte das crianças apresente uma acentuada debilidade geral e, algumas delas, debilidade pulmonar. Dentre estas destacamos: a n.º 2, a n.º 8, a n.º 9, a n.º 10, a n.º 11, a n.º 13, a n.º 15, a n.º 17, a n.º 19, a n.º 24 e a n.º 26.

II — Pelo que diz respeito às instalações do Asilo, os signatários consideram como manifestamente anti-higiénicos os dormitórios, os lavatórios e a retrete; os primeiros sem a cubagem necessária, os lavabos e a retrete sem as mais elementares condições de desinfecção e sem que esta possa exercer-se eficientemente.

III — Nestes termos, tomamos a resolução de propor as seguintes medidas:

- a) As crianças apontadas, em especial, e de uma forma geral todas elas, carecem de uma alimentação abundante e substancial;
- b) Cada uma das internadas deve ter uma ficha sanitária de que juntamos o modelo, devendo repetir-se uma inspecção sanitária de três em três meses ou pelo menos de seis em seis meses;
- c) Deve ser imediatamente adquirida uma balança-craveira, a fim de ser averbado nessa caderneta o péso quinzenal

Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Eu, que ainda há poucos dias tive ocasião de visitar a maior parte dos estabelecimentos de assistência de Lisboa — olhando para a tristeza que é o nosso velho e lóbrego hospital — pensando que as pobres órfãs do Asilo da Infância Desvalida estão sujeitas a perigos gravíssimos por falta de instalações higiénicas—evocando a vida nas nossas fábricas e oficinas de artífices, onde não há hygiene, onde nem por excepção encontraremos um simples lavatório — invocando o cortejo medieval dos nossos mendigos das sextas-

ou mensal, como meio de apreciação do desenvolvimento físico;

- d) Deveria ser introduzido nesta casa de assistência um curso metódico de gymnástica respiratória, meticulosamente conduzido e ministrado, pois só encontramos uma criança, dentre as 30 examinadas, que sabia respirar em condições de normalidade;
- e) É urgente proceder-se á reconstrução de dormitórios, em condições higiénicas, observando as regras de cubagem, exposição sul ou sudeste, a que o prédio se presta, tendo anexas casas de banho, *lavabos* e W. C. higiénicamente dispostos e construídos.

Levando assim ao conhecimento de V. Ex.^a as conclusões sucintas e resumidas da nossa inspecção, em que apenas tomamos em conta as falhas e insuficiências mais dignas de reparo, que sem controvérsia possível imploram remédio imediato e pronto, apresentamos a V. Ex.^a os nossos cumprimentos. — Os médicos, (aa) *António Trindade e José Lopes Dias Júnior*.

N. — Juntamos algumas receitas para serem ministradas ás crianças respectivas».



-feiras — sabendo que há criancinhas que desmaiam de fome, heròicamente, nas escolas, como há pouco tempo me afirmava um professor — mirando o Dispensário Dr. Alfredo Mota, junto do qual desejamos todos ver erguidos uma Creche e um Jardim-Escola João de Deus (1) — comparando o nosso atraso com aquele progresso, comparando aquele consolador espectáculo com o nosso triste espectáculo — apelo para a vossa generosidade, a fim de que colaborem todos, sempre como hoje, nos movimentos de alcance social que, pessoalmente nos confortam, e colectivamente nos dignificam!

(1) *Un Service Social de Puericulture*, pelo autor — 1931.





RÓ
MU
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

132964813X

